

AL-BA pede revogação de liminar que sustou venda de imóveis do Estado

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça, solicitando a revogação da decisão que suspendeu a tramitação do projeto de lei do Poder Executivo que autoriza a venda de 27 imóveis de propriedades do Estado.

Entre os imóveis previstos no texto, estão a Rodoviária de Salvador; o Parque de Exposições, na Avenida Paralela; o antigo Centro de Convenções da Bahia, no bairro do Stiep; e a sede do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), todos localizados na capital baiana. A Rodoviária

será transferida tão logo esteja concluída nova estrutura mais longe do centro nervoso e viário de Salvador, e o Detran com a maioria dos serviços já transferidos para outros locais de atendimento ao público.

A decisão do desembargador, por sua vez, atendeu a solicitação do deputado Hilton Coelho (PSOL) que pretende obstar a venda dos imóveis relacionados no Projeto de Lei 24.160/2021, de propriedade do Estado, através do qual o Executivo pleiteia devida autorização legislativa para suas alienações.

O parlamentar alegou que não há mapas, localização, perímetro, metros quadrados, poligonais, valor de mercado e outras informações “de fundamental impor-

tância” para subsidiar a análise acerca da pertinência da alienação dos imóveis públicos. Desde junho, tanto o coletivo como o mandato do deputado Hilton Coelho vêm denunciando, através de debate público e encontros online, sobre os riscos desse PL, enquadrado pelos urbanistas que o contestam como um “verdadeiro desmonte dos bens públicos na Bahia”.

Entende o procurador-geral da ALBA, Graciliano Bonfim, que se trata de uma interferência do Judiciário na tramitação de uma matéria no Legislativo, um assunto “interna corporis”, portanto, decisão indevida. O presidente Adolfo Menezes acatou na inteireza a postura do titular da Procuradoria Jurídica, pois entende que “não pode exis-



A AL-BA entrou com uma ação junto ao TJ, solicitando a revogação da decisão que suspendeu a tramitação do projeto de lei do Poder Executivo que autoriza a venda de imóveis

tir Direito líquido e certo quando o objeto da ação é um projeto de lei que sequer foi apreciado pelo Poder Legislativo, que possui autonomia, inclusive, para modificá-lo, aperfeiçoá-lo como ocorre rotineiramente”. Entendem eles que o mandato de segurança concedido pelo desembargador Paulo Alberto Chenaud avança na prerrogativa de legislar da Assembleia, afrontando o instituto da separação dos poderes.

O líder do Governo na Assembleia Legislativa da

Bahia (AL-BA), deputado Rosemberg Pinto (PT), declarou “surpresa” com a ação de Hilton. “O deputado Hilton Coelho nunca solicitou qualquer tipo de informação sobre o projeto, pelo menos a mim, como líder do Governo. Ele fez uma solicitação direta à Saeb que informou a ele no dia 14 de junho e, depois disso, em momento algum ele fez novas solicitações”, disse o parlamentar.

Para a Presidência e a Procuradoria Jurídica da Assembleia, esta matéria não viola normas das constitui-

ções do Estado e Federal, nem o Regimento Interno, no que tange, à sua tramitação – algo tacitamente admitido pelo impetrante que não fez qualquer crítica nesse sentido na proposição ajuizada – bem como não existe direito subjetivo líquido e certo a ser protegido pelo mandato de segurança, daí a defesa que faz da extinção do presente processo.

Finalizam, portanto, requerendo e esperando a revogação da liminar, garantindo o pleno funcionamento do Poder Legislativo.

JUAZEIRO

CGU e PF combatem desvios de recursos da Covid-19



A POLÍCIA FEDERAL, em ação conjunta com a Controladoria Geral da União, deflagrou ontem a Operação Carga Viral

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Polícia Federal, em ação conjunta com a Controladoria Geral da União, deflagrou ontem a Operação Carga Viral, que investiga fraudes em procedimentos de dispensa de licitação realizados pelo município de Juazeiro (BA), para a aquisição de insumos destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Durante os trabalhos de monitoramento contínuo dos gastos de recursos federais repassados a Estados e Municípios por força da necessidade de contenção da Covid-19, a CGU constatou

que compras realizadas pela Prefeitura, por meio de dispensa de licitação, apresentaram situações atípicas em relação ao preço e/ou às empresas participantes.

Os elementos colhidos durante a investigação apontaram fortes indícios de que, em 2020, servidores públicos da antiga gestão da Secretaria de Saúde, juntamente com empresários, teriam fraudado contratos e elevaram arbitrariamente e significativamente os preços de máscaras de proteção facial e kits de teste rápido para Covid-19. Estima-se um prejuízo ao erário de mais de R\$ 1 milhão.

Segundo a CGU, no total, foram cinco aquisições realizadas em 2020, no

montante de R\$ 4.460.039, tendo como objeto o fornecimento de 8 mil testes rápidos e equipamento de proteção individual (EPI), como máscaras cirúrgicas descartáveis e N95, protetores faciais, luvas, toucas e aventais. Após o exame dos processos de dispensa, a CGU verificou vínculos entre algumas empresas que supostamente concorreram entre si; cotações realizadas com empresas que não demonstraram capacidade operacional ou experiência na comercialização dos produtos; preços superiores à média de mercado; e prática, pelas empresas, de custo de intermediação abusivo na venda dos produtos para a Prefeitura de Juazeiro (BA).

Cerca de 30 policiais federais e 9 auditores da CGU cumpriram 8 mandados de busca e apreensão, todos eles expedidos pelo Juízo Federal da Subseção Judiciária de Juazeiro (BA), sendo um em Petrolina (PE), 6 em Juazeiro (BA) e um em Lauro de Freitas (BA).

Se confirmadas as suspeitas, os investigados responderão pelos crimes de fraude à licitação (art. 90 da Lei 8.666/93) e superfaturamento (art. 96, I da Lei 8.666/93). Atualmente, Juazeiro (BA) é o sexto município com mais casos confirmados de Covid-19 na Bahia, com um coeficiente de incidência de 7.569 infectados para cada 100.000 habitantes.

‘Bancada dos sub-30’ flerta com outros partidos

A maioria dos 14 deputados com até 30 anos recebeu convites para “pular a cerca”

ESTADÃO CONTEÚDO

Titulares do “time sub-30” da Câmara, jovens deputados têm negociado seus passes com partidos como PSB, Cidadania, MDB, PSDB, Progressistas, PSD e Podemos. Destaques no plenário e nas redes sociais, parlamentares como Tabata Amaral (PDT-SP), Felipe Rigoni (PSB-ES), Kim Kataguiri (DEM-SP), Enrico Misasi (PV-SP) e Luisa Canziani (PTB-PR) estão na mira de legendas que querem renovar seus quadros e ganhar uma cara mais jovem e moderna para as eleições de 2022.

A maioria dos 14 deputados com até 30 anos recebeu convites para “pular a cerca” partidária. Nem todos preten-

dem deixar suas atuais legendas, mas negociam mais liberdade e espaço nas decisões que, em geral, são tomadas por “caciques” das siglas. Enquanto alguns buscam “novos desafios” por causa de divergências internas, outros estão mesmo atrás da sobrevivência política, já que o fim das coligações e o fantasma da cláusula de barreira vão dificultar a vida dos partidos menores nas eleições de 2022.

Rigoni é um dos assediados por vários partidos, mas ainda não decidiu se vai para o DEM ou PSDB. Eleito em 2018 para seu primeiro mandato, ele ganhou voz nas principais discussões da Câmara, principalmente as relacionadas à educação.

Em abril, o Tribunal Su-

perior Eleitoral assegurou a Rigoni o direito de mudar de legenda sem correr o risco de perder seu mandato. “Não quero mais fazer parte de um partido e ficar deslocado. No próximo, vou querer participar das decisões, construir junto. Fundo partidário é menos importante pra mim. Estou procurando quem está topando a terceira via”, disse.

Tabata Amaral, que rompeu com o PDT após votar a favor da Reforma da Previdência, também garantiu no TSE o direito de mudar de legenda sem perder o mandato. Outra ativista da área de educação, é assediada por diversos partidos.

O Cidadania, por exemplo, extinguiu a regra que obriga o parlamentar a votar conforme orientação da legenda. Foi uma mudança sob medida para atra-

ir Tabata. A deputada, porém, está mais próxima do PSB, partido de seu namorado João Campos, ex-deputado e atual prefeito do Recife (PE).

Quem não buscou a Justiça, terá de esperar até março de 2022, quando se abre a próxima “janela partidária” – período de seis meses que antecede a eleição e no qual deputados podem trocar de legenda, sem correr o risco de perder o mandato. Mas líderes mais experientes admitem, nos bastidores, que a decisão do TSE sobre Rigoni e Tabata rasgou não apenas a fidelidade partidária como um dos pilares das legendas: o chamado “fechamento de questão”, quando a sigla decide um posicionamento conjunto a ser seguido por todos os parlamentares.



TABATA AMARAL, que rompeu com o PDT após votar a favor da Reforma da Previdência, garantiu no TSE o direito de mudar de legenda

Mendonça agradece apoio e se diz ‘à disposição’ do Senado



ANDRÉ MENDONÇA agradeceu o apoio de “líderes evangélicos”, essenciais para sua indicação

O GLOBO E ESTADÃO
CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro formalizou nesta terça-feira a indicação do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, para o Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta pela aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello. O encaminhamento do nome de Mendonça ao Senado, que precisa aprovar a indicação, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Em nota, Mendonça agradeceu ao apoio de “líderes evangélicos”, que foram essenciais para sua indicação, e afirmou estar “à disposição do Senado”, onde encontra resistências. O mi-

nistro da AGU também declarou ter compromisso com “com a Constituição e o Estado Democrático de Direito”.

Bolsonaro prometeu, desde o primeiro ano de governo, indicar um ministro evangélico ao STF, e passou a indicar que esse nome seria Mendonça ao referir-se ao ministro como “terrivelmente evangélico”. No ano passado, o presidente disse que, além de evangélico, o indicado seria um pastor — Mendonça é pastor da Igreja Presbiteriana.

Antes da formalização da indicação, o titular da AGU já atuava para ganhar apoio no Senado. Recentemente, procurou até mesmo a um dos maiores opositores de Bolsonaro: o presidente da CPI da Covid, Omar Aziz

(PSD-AM).

“Coloco-me à disposição do Senado Federal. De forma respeitosa, buscarei contato com todos os membros, que têm a elevada missão de avaliar meu nome”, disse o ministro na nota divulgada nesta terça.

Mendonça começa o texto agradecendo a Deus, “pela vida e por essa possibilidade de servir meu país”; a Bolsonaro, “pela confiança”, e “aos líderes evangélicos, parlamentares, amigos e todos que têm me apoiado”. Após falar sobre o Senado e comprometer-se com a Constituição e o Estado de Direito, o ministro encerra a nota com outra referência religiosa: “Deus abençoe nosso país!”.

Escolhido por Bolsonaro para a vaga de

Marco Aurélio Mello, André Mendonça, que foi ministro da Justiça antes de ser reconduzido à AGU pelo presidente, acumulou rúsgas com integrantes do Congresso Nacional e do Poder Judiciário ao mandar a Polícia Federal abrir inquéritos contra adversários do mandatário com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), um resquício da Ditadura Militar.

Marco Aurélio, que era o decano do STF, ou seja, o integrante mais antigo da corte, completou nesta segunda-feira (12) 75 anos, idade limite para permanecer no serviço público. Ele havia sido nomeado em 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello e permaneceu na cadeira do STF por 31 anos.